



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

AMPLIAÇÃO DA ESF CARLOS WILKENS

TERMO DE REFERÊNCIA- MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. OBJETO

O presente caderno de especificações se refere à execução total, por empreitada global, para ampliação da ESF Carlos Wilkens, localizada na Travessa São Jorge, 81- Vila da Paz, Cachoeirinha- RS.

2. REGIME DE EXECUÇÃO

Empreitada por preço global.

3. JUSTIFICATIVA

A ESF Carlos Wilkens está situada na Travessa São Jorge, 81- Vila da Paz, Cachoeirinha – RS.

A ampliação proposta está aderida ao Programa Rede Bem Cuidar – RBC.

A RBC visa qualificar as ações de saúde ofertadas à comunidade através da prestação de serviços que atendam as necessidades específicas do território, verificadas através de observações sensíveis e atentas. Preconiza-se, especialmente, na implementação da RBC o fortalecimento da participação social, integração entre gestores, trabalhadores e usuários da unidade de saúde, educação continuada em saúde e outros processos coletivos que propiciem a participação dos sujeitos e troca de saberes. Na unidade de saúde onde a RBC está em implementação na cidade de Cachoeirinha, unidade de saúde ESF Carlos Wilkens, a maior dificuldade para o desenvolvimento do programa é o espaço físico disponível. A unidade não possui salas adequadas para desenvolvimento de oficinas e atividades coletivas. Por este motivo, vislumbra-se na Portaria SES nº 113/2024, destinada ao financiamento de projetos de ampliação, a possibilidade de qualificação do espaço físico, com vistas a melhoria das condições de trabalho e atendimento, recepção dos usuários com maior conforto e desenvolvimento continuado das ações coletivas

A ampliação se faz necessária para atender o Programa supracitado, que possui destinação de recursos específica.

4. DESCRIÇÃO GERAL DO IMÓVEL

Ampliação de edificação existente em 103,96 m², estrutura em alvenaria e cobertura em telhas de fibrocimento.

5. VALOR DA OBRA

A planilha de preços foi elaborada com base nos quantitativos extraídos do projeto, utilizando como referência as tabelas SINAPI-RS e ORSE, em conformidade com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, notadamente o Acórdão 2622/2013 e entendimentos mais recentes, como os Acórdãos 619/2024 e 136/2025, que reforçam a obrigatoriedade de utilização de sistemas referenciais oficiais de custos, admitindo-se fontes complementares





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

devidamente justificadas, a fim de garantir a compatibilidade dos preços com o mercado e a fidedignidade do orçamento.

5.1 Estimativa do valor da contratação

5.1.1. Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 280.257,78 (Duzentos e oitenta mil, duzentos e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos)**., conforme planilha de serviços, anexa.

5.1.2 Os quantitativos foram extraídos dos projetos.

5.1.3 Para fins de elaboração do cálculo do valor estimado, foram considerados os quantitativos de projetos, e os preços unitários derivados padrões de preços (SINAPI, ORSE) ou pesquisa direta de preços.

Item	Objeto	UN	Total orçado (planilha anexa)
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO TOTAL, POR EMPREITADA GLOBAL PARA AMPLIAÇÃO DA ESF CARLOS WILKENS, LOCALIZADA TRAVESSA SÃO JORGE, 81 – VILA DA PAZ, CACHOEIRINHA – RS, EDIFICAÇÃO PERTENCENTES A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, COM 5 ANOS DE GARANTIA NA OBRA CIVIL, SENDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS INCLUSOS.	vb	R\$ 280.257,78

5.1.3.1 Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6. O LOCAL E VISITA

O interessado poderá vistoriar o local onde será executado o objeto desta licitação com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existente, mediante prévio agendamento de horário junto a Secretaria de Saúde, em dias uteis das 9:00h às 15:00h.

A visita técnica é facultativa. A vistoria prévia poderá acontecer até 48h antes da licitação.

Agendamento poderá acontecer pelo telefone (51) 3041-8650 com o servidor José Ricardo (Engenheiro) e e-mail planejamento.sms@cachoeirinha.rs.gov.br..

Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência desta licitação.

Aos licitantes que realizarem a visita será fornecida uma declaração de vistoria, os licitantes que optarem por não realizar a visita deverão apresentar Declaração de Ciência e Responsabilidade, declarando que possuem pleno conhecimento das condições e características do local de execução da obra, assumindo integral responsabilidade





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

por eventuais alegações posteriores de desconhecimento, bem como por quaisquer dificuldades decorrentes da execução dos serviços.

7.DA ORIGEM DOS SERVIÇOS

A ordem de serviços será emitida após a data de assinatura do contrato.

A contratada deverá apresentar a ART/RRT da execução da obra e comprovação de matrícula específica da obra no INSS e Alvará de Construção emitido pela Secretaria de Planejamento.

8.DOS PRAZOS

Período de vigência para o contrato	O prazo de vigência contratual deverá ser superior ao prazo de execução da obra (incluindo os prazos de mobilização e recebimento de obra) Prazo mínimo de vigência de contrato: 180 dias (6 meses)	
Período de execução da obra	Prazo de execução da obra Dias: 90 (noventa dias)	Prazo de recebimento do objeto Termos de Recebimento: Provisório e Definitivo

Observação: está prevista a paralisação temporária dos serviços da Unidade, com transferência de serviços e atendimento para outra unidade. Sendo assim, é imprescindível observar o prazo de execução, para organização e dimensionamento adequado da equipe.

9.DAS GARANTIAS

9.1 A CONTRATADA prestará garantia no equivalente percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para garantir integralmente todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a serem aplicadas, conforme disposto nos art. 96 a 102, da Lei nº 14.133/2021.

9.2 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.3 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

9.4. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

9.5. O prazo de garantia da obra será de 05 (cinco) anos a contar da data de sua entrega definitiva (TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO), nos termos do disposto no Código Civil, de acordo com Art. 618 do Código Civil de 2002.

10. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.1. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 10 (dez) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

10.1.1. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

10.2. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

10.3. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

10.4. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

10.5. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 45 (quarenta e cinco) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviços empregados na execução do contrato.

10.6. Na hipótese de a verificação a que se refere este subitem não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à CONTRATANTE nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo.

10.7. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato.

10.8. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.9. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo indica que o objeto recebido está conforme o Contrato, ficando a Contratada quitada dos encargos contratuais, porém, permanecendo sua responsabilidade pela solidez e





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

segurança da obra nos termos da legislação Civil.

10.10. DA FISCALIZAÇÃO:

10.10.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/21, conforme detalhado neste documento.

10.10.2. o Fiscal deverá exigir da contratada, no início da execução dos serviços e sempre que necessário, a **comprovação da regular anotação em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de todos os empregados alocados na obra**, bem como a regularidade dos vínculos trabalhistas correspondentes.

10.10.3. Deverá ainda verificar e exigir a **comprovação da entrega e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** a todos os trabalhadores envolvidos na execução da obra, especialmente no início das atividades, bem como a reposição e manutenção desses equipamentos durante toda a vigência contratual, em conformidade com as normas de segurança do trabalho aplicáveis.

10.10.4. O representante da Contratante será um profissional habilitado e com experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

10.10.5. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

10.10.6. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o Edital desta licitação e seus Anexos.

10.10.7. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, na impossibilidade, justificadas por escrito.

10.10.8. A fiscalização deverá realizar, entre outras, as seguintes atividades:

10.10.8.1. Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo o contrato, projeto básico e/ou executivo, orçamentos, cronogramas, correspondências e relatórios de serviços;

10.10.8.2. Analisar e aprovar o plano de execução a ser apresentado pela Contratada nos inícios dos trabalhos;

10.10.8.3. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como as interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pela Contratada;

10.10.8.4. Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

o plano ou programa de manutenção, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.

10.10.8.5. Solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;

10.10.8.6. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços aprovando os eventuais ajustes que ocorreram durante o desenvolvimento dos trabalhos;

10.10.8.7. Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas;

10.10.8.8. Verificar e aprovar os relatórios de execução dos serviços elaborados de conformidade com os requisitos estabelecidos no Caderno de Encargos;

10.10.8.9. Verificar e aprovar eventuais acréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;

10.10.8.10. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos.

10.10.8.11. O Relatório de Serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes à execução dos serviços, como conclusão e aprovação de serviços, indicações sobre a necessidade de trabalho adicional, autorização para substituição de materiais e equipamentos, irregularidades e providências a serem tomadas pela CONTRATADA e fiscalização.

10.10.8.12. As reuniões realizadas no local dos serviços serão documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pela fiscalização e conterão, entre outros dados, a data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e responsáveis pelas decisões a serem tomadas.

10.10.8.13. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

10.10.8.14. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito.

10.10.8.15. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial, e-mail e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

10.10.8.16. Na hipótese de divergência entre as plantas e as especificações técnicas da obra, prevalecerá o constante nas especificações técnicas, sempre consultada a Fiscalização para esclarecimentos.

11.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

11.1. A CONTRATADA obriga-se a:

11.1.1. Prestar o serviço no tempo, lugar e forma estabelecidos no contrato;

11.1.2. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados.

11.1.3. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 106, § 1º, inciso I da Lei 14.133/21.

11.1.4. Proceder as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's ou Registro de Responsabilidade Técnica- RRT's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6496/77.

11.1.5. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado;

11.1.6. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por seus fornecedores, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

11.1.7. Atentar, em relação ao material, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico;

11.1.8. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;

11.1.9. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto;

11.1.10. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no projeto básico e seus anexos ou decorrentes da rejeição da fiscalização da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, bem como substituir aqueles realizados com equipamentos, materiais e/ou serviços defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

11.1.11. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

11.1.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.1.13. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente.

11.1.14 . Instalar placa com identificação da obra com os dados necessários e na forma da legislação vigente.

11.1.15. Remover o entulho e todos os materiais que sobram, promovendo a limpeza do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final.

11.1.16. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços, bem como aos documentos relativos à execução da ampliação.

11.1.17. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.18. Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.1.19. Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

11.1.19.1. Comprovar o vínculo dos profissionais prestadores de serviço, podendo ocorrer através de um dos seguintes documentos:

- a) Contrato Social;
- b) Carteira de Trabalho;
- c) Contrato de Prestação de Serviços;
- d) Termo de Transferência ou aquisição de ações.

11.1.19.2. Apresentar Certidão de Regularidade junto ao Conselho Regional Engenharia e Agronomia (CREA).

11.1.19.3 Em conformidade ao artigo 456 do Decreto Lei 5.452 de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho e ao artigo 13 do Decreto Lei n.º 926 de 10 de outubro de 1969, as licitantes que apresentarem Contrato de Trabalho onde os profissionais relacionados figurem como “empregados” para comprovação de vínculo profissional entre a empresa e o profissional, deverão fazer acompanhar prova do Contrato por meio de cópia de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, sujeitará a contratada às penalidades previstas no edital e na legislação aplicável, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.1.20. Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

11.1.21. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e telefônicas.

11.1.22. Submeter ao Setor de Manutenção da SMS da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha as amostras de todos os materiais de acabamentos a serem empregados nos serviços antes de sua execução. (3(três) amostras) – Padronagem e paleta de cores deve ser solicitada ao respectivo setor antes de serem enviadas as amostras.

11.1.23. Entregar o Termo de Garantia dos materiais fornecidos, garantia essa de no mínimo 5 (cinco) anos, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A garantia incluirá mão de obra e substituição de peças ou materiais, desde que não fique caracterizado o uso inadequado por parte do usuário.

11.1.24. Durante o período de garantia de que trata o item anterior, a CONTRATADA deverá atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Cachoeirinha no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial.

11.1.25. Manter seu pessoal devidamente identificado através de crachás, com fotografia recente, nome completo, tipo sanguíneo e fator RH, tipos de alergia e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individuais novos e com certificação do INMETRO – EPI's;

11.1.26. Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

11.1.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Administração;

11.1.28. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Administração

11.1.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.1.30. Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

11.1.31. Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

11.1.32. Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

11.1.33. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico, Memorial Descritivo e/ou especificações técnicas, na Rotina de procedimentos administrativos da PMC ou no Contrato;

11.1.34. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.35. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

11.1.36. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados utilizados na execução dos serviços.

11.1.37. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

11.1.38. Quanto às indicações de marcas dos materiais e elementos a serem utilizados, deve ser considerado como equivalente ou similar o material ou elemento que por analogia total ou equivalência, apresentar idêntico desempenho da função técnica e que apresentem as mesmas características exigidas nas especificações técnicas em anexo a este edital. Caberá à licitante, por meio de laudos técnicos, testes, exames ou certificados de órgãos competentes, comprovar a equivalência.

11.1.39. A critério de acompanhamento da execução da obra, a CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização da Prefeitura de Cachoeirinha, quando do início de seus trabalhos, um cronograma mensal de atividades e serviços.

11.1.40. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, quando da conclusão dos serviços, o “as built”, com todas as informações e detalhes atualizados de todas as alterações e modificações, previamente autorizadas pela fiscalização, ocorridas durante a execução da obra sob pena de não ter aprovada sua última medição. O “as built” deverá ser entregue em arquivos em formato DWG AutoCAD. (versão a PMC informará futuramente)

11.1.41. A CONTRATADA deverá executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Prefeitura de Cachoeirinha – Secretaria da Saúde – Setor de Manutenção ou Engenharia.

11.1.42. A omissão de qualquer procedimento técnico, ou normas neste ou nos demais documentos técnicos, nos projetos, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes e demais normas pertinentes.

11.1.43. Responsabilizar-se pela construção, operação, manutenção e segurança do canteiro de obras, vigilância, organização e manutenção do esquema de prevenção de incêndio, bem como outras construções provisórias necessárias.

11.1.44. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

11.1.45. Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente e por recomendação da fiscalização, cause embaraço a boa execução da obra;

11.1.46. A atuação da fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho, permanecendo esta integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações legais decorrentes da execução do contrato.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

12.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/21;

12.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete a interrupção na execução deste Contrato;

12.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados neste Contrato;

12.1.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

12.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes, como por referência as NR35 (trabalho em altura) e NR10 (serviços com eletricidade). Deve apresentar, a título de habilitação, declaração que executará os trabalhos de acordo com as exigências das referidas normas;

12.1.9. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

12.1.10. Zelar para que durante toda a vigência deste contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.11. A CONTRATANTE indica como Gestor do Contrato o Sra. Fernanda Carvalho Gomes Matrícula nº 12774

12.1.12. A CONTRATANTE indica como Fiscal do Contrato o Eng. José Ricardo Rodrigues Pinto – CREA RS 60728242.

13. CRONOGRAMA DA OBRA

A obra está prevista para execução de acordo com o cronograma físico-financeiro anexo. O cronograma apresentado como anexo ao Edital deverá servir como referência para os licitantes elaborarem suas propostas. O cronograma apresentado pelo CONTRATADO será submetido à aprovação da FISCALIZAÇÃO. O cronograma aprovado pela FISCALIZAÇÃO servirá como base para os cronogramas das empresas subcontratadas (se houver).

O cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, servirá como base também para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível de sanções.

O cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO deverá conter todos os itens da planilha orçamentária. O cronograma deverá ser apresentado em arquivos com .xls ou equivalente. O CONTRATADO deverá efetuar seu próprio planejamento, levando em conta a produtividade de suas máquinas, equipamentos e mão de obra, sem, contudo, exceder o prazo aqui estipulado. Tal planejamento, incluindo plano de ataque, maquinário a ser utilizado, cronograma físico detalhado e produção esperada.

Caso haja algum termo aditivo, durante a execução do contrato, o CONTRATADO deverá entregar novos cronogramas em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do aditivo.

O cronograma físico-financeiro apresentado pelo CONTRATADO, em qualquer caso, será aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em até 5 (cinco) dias úteis contados de sua entrega pelo CONTRATADO.

14. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Será exercida por Engenheiro (s) ou Arquiteto (s) responsável (eis), em horário integral, além de encarregado (s), mestre (s), pedreiros (es), serventes (s), vigia (s) e demais profissionais necessários.

A vigilância será ininterrupta, por conta da CONTRATADA, até o recebimento definitivo da obra.

As despesas administrativas previstas no item ADMINISTRAÇÃO DE OBRA serão medidas e pagas proporcionalmente ao percentual de serviços efetivamente executados, seguindo o cronograma entregue.

No caso de antecipação do prazo previsto no cronograma, o valor estimado será integralmente pago ao CONTRATADO. No caso de atraso na execução do cronograma, por responsabilidade do CONTRATADO, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.

15. SERVIÇOS PRELIMINARES

Taxa de ART/RRT- engloba a taxa para registro da responsabilidade técnica pela execução da obra junto aos conselhos de classe que fiscalizam a atividade profissional, quais sejam Conselho Regional de Engenharia e





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Taxa de Licença para Construção- engloba a taxa necessária autorização de execução de obras, emitida pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha.

Taxa de corpo de Bombeiros – engloba a taxa referente a aprovação de projeto e alvará do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul.

A responsabilidade pela entrada e condução do processo junto aquele órgão será inteiramente da CONTRATADA.

Mobilização - Abrange as despesas referentes à mobilização de máquinas, equipamentos e pessoal do CONTRATADO, inclusive despesas com fretes e carretos.

Limpeza geral - O local da obra em que for possível utilizar equipamento mecânico, deverá ser completamente limpo com máquina apropriada. Os trechos em que não for possível empregar o maquinário deverão ser limpos manualmente, inclusive sendo feita a raspagem da camada vegetal. Não será permitida a retirada de qualquer vegetação fora do perímetro da obra sem autorização da FISCALIZAÇÃO.

Todo material decorrente da limpeza deverá ser removido e destinado para local devidamente credenciado para este fim. Em hipótese alguma será permitido o despejo próximo ao local da obra, ainda que fora do canteiro, ou em locais proibidos, sendo de responsabilidade do CONTRATADO o transporte até local aprovado pelo Governo Municipal para despejo.

Tapume - será executado com fechamento em chapa de madeira, fixada em estrutura de madeira. A altura mínima do tapume de 2,00m. Poderá ser utilizado material com maior durabilidade que a chapa de madeira, no entanto, os custos (caso o valor seja superior) não poderão ser repassados à Administração e deverão ser submetidos à análise da FISCALIZAÇÃO para autorização.

Instalação de Energia será usada a existente, incluso pagamento de taxas e consumo de energia.

Placa da Obra - a placa indicativa da obra deverá ser em chapa galvanizada montada em estrutura de madeira ou metalon, com aplicação de vinil, contendo as principais características do contrato, como nome da obra,

Carga Mecanizada e Remoção de Entulho –todas os resíduos gerados na execução dos serviços serão devidamente destinados. Todo entulho produzido deverá ser acondicionado em local que não coloque em risco a segurança dos colaboradores nem dos transeuntes. Todo material produzido será retirado com a utilização de caminhão basculante e destinado a aterro credenciado para este fim. Os serviços de retirada de entulho englobam também a retirada e destinação de material oriundo da limpeza da área com remoção da camada vegetal.

Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT) – Deverá ser elaborado por profissional habilitado e devidamente registrado no CREA, indicando e especificando todas as medidas de segurança aos empregados e a terceiros, bem como de limpeza, a serem adotados durante todo o período de





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

duração da obra, de acordo com a legislação específica do Ministério do Trabalho. Será de inteira responsabilidade do CONTRATADO a elaboração e implementação do PCMAT nas obras com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR-18 e os demais dispositivos complementares de segurança.

Programa de Controle Médico de Saúde Operacional (PCMSO) – O CONTRATADO deverá elaborar e implementar, até o 15º dia após o início da obra com o objetivo de promover e preservar a saúde de seus trabalhadores.

A elaboração do referido Programa ficará a cargo de profissional devidamente habilitado para tal.

Demolições e retiradas – as demolições, remoções e retiradas deverão ser feitos com o devido cuidado, evitando-se danos na estrutura e demais elementos da edificação.

Qualquer dano decorrente da falta de cuidado na execução dos serviços, a contratada se responsabilizará pelas correções.

16. FUNDAÇÃO E ESTRUTURA

A fundação será do tipo bloco sobre uma estaca, com vigas baldrame, executadas em concreto estrutural $f_{ck}=25\text{MPa}$, armado, conforme projeto. As formas serão em madeira serrada, considerando 4 reaproveitamentos. Todas as superfícies em contato com solo deverão ser impermeabilizadas com tinta asfáltica, duas demãos. A superestrutura constará de PILARES e VIGAS, em concreto armado. O concreto deverá atender às exigências das Normas Técnicas Brasileiras e na falta destas, as Normas Internacionais, no que se refere à fabricação, transporte, cura e retiradas de escoramento e formas. Deverá ser confeccionada em Concreto Estrutural $f_{ck}=25\text{ Mpa}$, virado em obra com auxílio de betoneira. As formas para concreto serão confeccionadas com madeira serrada, considerando quatro reutilizações. A madeira utilizada deverá ter procedência legal. Após a desforma, deverá ser efetuado o tratamento do concreto aparente, visando eliminar possíveis defeitos existentes.

17. ESPECIFICAÇÕES DE ARQUITETURA

ALVENARIA, VEDAÇÕES E DIVISÓRIAS – DA EDIFICAÇÃO

ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CERÂMICA DE 14X9X19CM (ESPESSURA 14CM) – compreende os serviços necessários ao fechamento de paredes internas e externas, conforme projeto. Deverá ser executado com tijolo cerâmico nas dimensões citadas acima, observando-se a qualidade e procedência do material. Os tijolos serão assentados com argamassa de cimento e areia, no traço mínimo de 1: 4. No sentido horizontal as fiadas serão perfeitamente niveladas, alinhadas e aprumadas. As juntas terão a espessura máxima de 15mm (quinze milímetros), e serão rebaixadas à ponta de colher para melhor aderência. As partes de vedação sem função estrutural serão calçadas nas vigas com tijolos colocados obliquamente (cunhamento). Este respaldo só será executado depois de decorridos 08 (oito) dias da conclusão de cada pano de parede.

VERGA E CONTRAVERGA – nos vãos das esquadrias deverão ser executadas vergas e/ou contravergas fabricadas em





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

concreto moldado in loco, observando as normas e boas práticas executivas par tal.

FORRO EM PVC

Instalação de forro de PVC com régua de 20cm de 1ª qualidade nas áreas indicadas no projeto. O forro deverá ser fixado em estrutura metálica, incluído no item, com perfis compatíveis com o peso a ser suportado. As peças da estrutura metálica deverão ser espaçadas de modo a não propiciar a deformação das régua de PVC.

ESQUADRIAS

ESQUADRIAS – Deverão ser obedecidas às descrições (especificações) feitas em projeto arquitetônico, bem como o descrito no item referente às esquadrias na planilha orçamentária. Todas as esquadrias presentes em planilha, já estão com vidros e demais elementos (ferragens, fechaduras, arremate com silicone ou massas, etc.) inclusos.

PISOS E REVESTIMENTOS

REVESTIMENTO CERÂMICO COM PLACA TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR -O piso será revestido em cerâmica 35cmx35cm cor a definir com a Contratante PEI-05, assentado com argamassa industrial adequada para o assentamento de cerâmica e espaçadores plásticos em cruz de dimensão indicada pelo modelo referência. Será utilizado rejuntamento epóxi branco com dimensão indicada pelo modelo referência.

REBOCO (EMBOÇO) – Deverá ser feito obedecendo aos critérios e técnicas indispensáveis a boa execução. Observar o disposto em planilha orçamentária, referente ao traço da argamassa e utilização de aditivos.

CHAPISCO - revestimento com chapisco de cimento e areia, todas as paredes de alvenaria e lajes. Observar ainda, o descrito na planilha orçamentária, referente ao traço e a utilização de aditivos impermeabilizantes.

REVESTIMENTO CERÂMICO – observar as especificações constantes na planilha orçamentária quanto a dimensões das peças. Eventualmente poderá ser admitida dimensões superiores, desde que haja anuência da Fiscalização, sem acréscimo de valor. Deve ser apresentada amostra para o Setor de Engenharia/Manutenção da SMS.

IMUNIZAÇÃO – Todas as tesouras, peças de madeira que compõem a estrutura do telhado devem ser imunizadas com 2 demãos, assegurando que as peças assim estejam protegidas.

IMPERMEABILIZAÇÃO DE TELhado

Será feita impermeabilização em todo o telhado com manta asfáltica de 4mm, pintura primer e fixação através de maçarico, fazendo assim sua fixação perfeita, os arremates entre as mantas e as áreas lindeiras do telhado devem ser precisas para que não tenhamos possibilidades de infiltrações.

REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE CALHAS – As calhas instaladas devem ter caimento para os tubos de queda e em dimensões que assegurem bom escoamento e sem transbordamento.

PINTURA E EMASSAMENTO- EDIFICAÇÃO

EMASSAMENTO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDE – nas paredes, deverá ser feito primeiro o





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

emassamento com massa látex em duas demãos, logo após, fazer o lixamento com lixa (no mínimo) número 120.

FUNDO SELADOR – antes da pintura, deverá ser aplicado fundo selador acrílico em uma demão, com objetivo de permitir maior aderência e durabilidade ao emassamento e à pintura.

PINTURA – nas paredes de alvenaria e forro a pintura será executada com tinta látex acrílica semi-brilho de primeira qualidade, aplicada com duas demãos. A paleta de cores será definida pelo setor de manutenção da SMS. Antes de qualquer pintura, as superfícies deverão ser limpas cuidadosamente, retirando qualquer sujeira ou restos de massa ou outro material, a fim de ter um acabamento de ótima qualidade.

18. MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO

As tubulações e conexões de esgoto serão em PVC e nunca deverão ser executadas sem caimento. No geral, para tubulações com diâmetro menor ou igual a 75mm o caimento será de 2% e para tubulações com diâmetro igual ou superior a 100mm o caimento será de 1%. O assentamento das tubulações enterradas deverão ser assentes em valas preenchidas com solo natural, não orgânico e sem torrões. Após a instalação dos tubos de esgoto realizar teste na presença do fiscal da obra para verificar o caimento e possíveis vazamentos

As caixas de inspeção terão dimensões externas de 60x60cm, sendo que as alturas deverão ser niveladas pelo piso pronto. As caixas externas serão executadas em alvenaria e rebocas internamente. E as tampas devem ser executadas com marco e contra marco em cantoneiras de ferro e receber o acabamento do mesmo tipo de piso. E serão providas de saliências para que possibilite a inspeção e manutenção.

LIGAÇÃO DE ESGOTO

A ligação de esgoto cloacal e pluvial será ligada na existente

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA FRIA

Tubulações de Água fria As tubulações utilizadas na linha de água fria predial serão em PVC soldável marrom. E as conexões instaladas para receberem as louças sanitárias serão da série reforçada com bucha de latão. Os pontos de água a serem isolados conforme identificado em projeto deverão utilizar plug pvc roscável. E somente após a verificação de que não há vazamento é que a tubulação poderá ser revestida.

Caso seja identificada infiltração a CONTRATADA deverá reparar imediatamente sem ônus para a Prefeitura. Devida a obra ser caracterizada como reforma/ampliação atentar que os pontos de água novos deverão ser atendidos através de ponto existente mais próximo a este no intuito de diminuir a perda de carga e dispêndio com tubulação.

19. ESPECIFICAÇÕES DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O CONTRATADO fornecerá os materiais e/ou a mão de obra e todas as ferramentas e equipamentos necessários





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

para a execução dos serviços de acordo com as Normas Brasileiras, além de outras normas aplicáveis, seguindo fielmente as indicações do projeto. Quaisquer serviços executados com mão de obra ou materiais inadequados e em desacordo com o projeto deverão ser refeitos pelo CONTRATADO sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Durante a execução, deverá ser comunicado à FISCALIZAÇÃO qualquer divergência encontrada entre o projeto de instalações e os demais projetos de execução, com a finalidade de definir a solução a ser adotada.

TESTE DE ACEITAÇÃO

Os testes de aceitação deverão ser definidos com os testes de funcionamento, assegurando a mão de obra, os métodos empregados, os materiais e as instalações dos equipamentos em referência estejam de acordo com as normas aplicáveis, com as especificações dos serviços do projeto e instruções do fabricante. A aceitação final dependerá das características de desempenho determinadas por estes testes, além dos testes operacionais para indicar se o equipamento executará as funções para as quais for projetado. Todos os aparelhos e equipamentos instalados serão experimentados na presença do representante do Proprietário.

A aceitação dos serviços estará condicionada ao bom desempenho dos equipamentos e materiais os ensaios exigidos. O instalador deverá fornecer catálogos técnicos originais de todos os aparelhos e equipamentos após aprovação do proprietário para facilitar a manutenção futura dos mesmos. Não serão aceitas cópias dos catálogos.

20. RESPONSABILIDADE A CONTRATADA será responsável por todos os testes. Os testes deverão ser feitos somente por pessoas qualificadas e com experiência no tipo de teste. Todos os testes deverão ser feitos na presença da Fiscalização da obra. Todos os resultados de testes e inspeção deverão, com completa informação de todas as leituras tomadas, ser incluídos num relatório para cada equipamento testado. Todos os relatórios de teste devem ser preparados pela CONTRATADA, assinados por pessoa acompanhante autorizada e aprovados pela Fiscalização da obra. No mínimo duas cópias dos relatórios de teste devem ser fornecidas para a Fiscalização, no máximo cinco dias após o término de cada teste. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de teste necessários, e será responsável pela instalação desses equipamentos e qualquer outro trabalho preliminar na preparação para os testes de aceitação. Todos os testes deverão ser planejados pela CONTRATADA e testemunhados pelo Engenheiro da Fiscalização da obra. Nenhum teste deverá ser feito sem sua presença. A CONTRATADA será responsável pela limpeza, aspecto e facilidade de acesso ou manuseio do equipamento antes do teste.

LIMPEZA DA OBRA - Consiste na limpeza final de todas as instalações da obra para entrega ao CONTRATANTE. A limpeza deverá abranger, mas não se limitar, a retirada de eventuais respingos e referências de tinta, gesso, solda, cola e demais materiais. Os revestimentos de pisos e paredes deverão ser limpos de acordo com a recomendação dos Referências, evitando-se o uso de produtos químicos e/ou abrasivos que possam danificá-los. Incluem-se, ainda, na limpeza final, eventuais retoques em pinturas, ou mesmo demão adicional, para tornar a superfície isenta





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

de referências e sujeiras.

21. OUTRAS RECOMENDAÇÕES

Após o término da obra o CONTRATADO deverá desmontar toda a estrutura de obra, cercas e tapumes executados durante a construção do objeto.

Ligações definitivas - Ao término da obra, caberá ao CONTRATADO efetuar todas as atividades técnicas e administrativas para as ligações definitivas.

Fornecer “as built” em meio eletrônico e em papel, no formato DWG, compatível com Autocad 2010, de todas as instalações executadas que forem executadas fora dos projetos apresentados.

22. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO:

22.1. A presente licitação será realizada na modalidade **Pregão** nos termos do art. 29, § único, da Lei nº 14.133/2021, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obra de engenharia destinada à ampliação do Posto de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

22.2. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, nos termos do art. 33, inciso I, da referida lei, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, desde que atendidos todos os requisitos de habilitação e as especificações técnicas constantes do instrumento convocatório.

22.3 Para fins de julgamento, será considerado o valor total da proposta para a execução integral do objeto contratado, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, tais como materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais, tributos, despesas administrativas, mobilização, desmobilização e quaisquer outros necessários ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

22.4 Não serão aceitas propostas com valores inexequíveis, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, cabendo à Administração a análise da viabilidade dos preços apresentados, podendo ser exigidas justificativas técnicas e comprovação da exequibilidade.

22.5. Não se recomenda o parcelamento da contratação, tendo em vista tratar-se de obra pública de natureza indivisível, cuja execução demanda integração técnica e operacional entre as etapas dos serviços.

O parcelamento, neste caso, poderá comprometer a eficiência, a qualidade e o adequado gerenciamento da obra, além de acarretar riscos à compatibilidade técnica entre os serviços executados por diferentes contratadas, contrariando o princípio da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

23. Habilitação do Fornecedor

A habilitação dos licitantes será exigida nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições abaixo, necessárias à garantia da regularidade jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira do futuro contratado. Tais exigências complementam a qualificação técnica já devidamente estabelecida neste Termo de Referência.

23.1. Habilitação jurídica

Será exigida a documentação que comprove a existência legal da empresa e sua capacidade de exercer direitos e assumir obrigações, tais como ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

23.1.1. Habilitação técnica (art. 67)

A habilitação técnica das licitantes será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

I – Registro ou inscrição da empresa e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no conselho profissional competente, em plena validade;

II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico (CAT), quando aplicável, emitida pelo CREA;

III – Declaração formal da licitante de que dispõe ou disporá, por ocasião da contratação, de estrutura adequada de mão de obra, equipamentos e equipe técnica especializada, suficientes para a execução do objeto licitado, garantindo o cumprimento dos prazos e das condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Parágrafo único. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, bem como exigir documentos complementares que comprovem a capacidade técnica da licitante

23.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 68)





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

Será exigida a comprovação de regularidade perante:

- Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Fazenda Estadual;
- Fazenda Municipal da sede do licitante;
- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Além disso, deverá ser comprovado o atendimento às obrigações sociais e trabalhistas vigentes, nos termos da legislação aplicável.

23.1.3. Habilitação econômico-financeira (art. 69)

A habilitação econômico-financeira das licitantes visa demonstrar a aptidão econômica para cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

Será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da lei, devidamente registrados;

II – Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

III – Comprovação da boa situação financeira da licitante por meio dos seguintes índices econômicos, extraídos do balanço patrimonial:

a) Liquidez Geral (LG) $\geq 1,00$

b) Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,00$

c) Solvência Geral (SG) $\geq 1,00$

§1º Os índices econômicos previstos no inciso III deverão estar devidamente justificados no processo licitatório, podendo a Administração exigir declaração assinada por profissional contábil habilitado, atestando o seu atendimento, nos termos do §1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

§2º Será exigido **patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, correspondente a R\$ 28.025,78**, nos termos do §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

§3º A licitante deverá apresentar declaração dos compromissos assumidos que importem na redução de sua capacidade econômico-financeira, quando solicitada pela Administração.

§4º Para empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos, o balanço patrimonial poderá se limitar ao último exercício social, conforme §6º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

23.1.3.1 A exigência dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), todos iguais ou superiores a 1,00, bem como de patrimônio líquido mínimo, tem por finalidade comprovar a capacidade econômico-financeira mínima do licitante para execução de obras públicas.

Tais parâmetros representam os indicadores básicos usualmente adotados na Administração Pública para demonstrar que a empresa possui condições de honrar seus compromissos contratuais, especialmente em contratos de engenharia, que demandam fluxo contínuo de recursos e adequada estrutura financeira.

A adoção desses índices busca reduzir riscos de paralisação e inexecução contratual, assegurando maior segurança na execução da obra, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

24.1. Comete infração administrativa nos termos do Art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

24.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

24.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

24.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções, nos termos do Art. 156:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

24.3. A aplicação de quaisquer das penalidades aqui previstas realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, no Decreto Municipal nº. 7589 de 2022.

25. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

25.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da seguinte dotação orçamentária:

Código Reduzido	1491
Órgão	11 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	001 – Fundo Municipal de Saúde
Ação	1024 – Construção e Reforma de UBS
Elemento	34490510000000000000 – Obras e instalações
Vínculo	26211365 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual/Obras de Ampliação ou Reforma de Unidades Básicas de Saúde- Bem Cuidar RS- Portarias SES nº 328 e 369/2024.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Subelemento	99 - Outras obras e instalações
-------------	---------------------------------

Cachoeirinha, 29 de abril de 2026

José Ricardo Rodrigues Pinto
Responsável Técnico Engenheiro Civil
CREA/RS SP60728242.

VIABILIDADE DECLARADA PELA AUTORIDADE SUPERIOR

Cristiana Mesquita Ribeiro
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 013/2026

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/05/2026 14:18 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p6e63a1fe1200a>

